

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.407 - RJ (2019/0152416-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : HELIO FERREIRA MACHADO
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO DOS SANTOS AZEREDO - RJ150472
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário, com pedido liminar, interposto por **Helio Ferreira Machado** contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou o HC n. 0013905-09.2019.8.19.0038 (fls. 61/62):

HABEAS CORPUS. CRIMES DE EXTORSÃO. PRISÃO PREVENTIVA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1 - Extraí-se dos autos que o Ministério Público, através do GAECO, e a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro iniciaram extensa investigação, denominada "Operação Quarto Elemento", objetivando deslindar uma série de delitos praticados por organização criminosa incrustada nos quadros da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Durante as duas primeiras fases da investigação, deflagradas, respectivamente, em setembro de 2017 e setembro de 2018, apuraram que o núcleo da organização era composto por Delegados de Polícia e policiais civis, sendo a malta, contudo, também integrada por servidores de outros órgãos estatais e por particulares. Somadas as duas fases da operação, o Parquet denunciou quarenta e oito pessoas, dentre delegados de polícia, policiais civis, policiais e bombeiros militares, agente penitenciário e informantes. No tocante especificamente à ação originária desta impetração, a operação conjunta chegou ao nome do Paciente e dos corréus a partir de acordo de delação premiada firmado em dezembro de 2018 por um dos investigados, também participante do delito em análise; na seqüência, identificadas as vítimas, obteve suas declarações, nas quais estas confirmaram a narrativa do colaborador, ratificando a participação dos denunciados, incluindo o Paciente.

2 - De acordo com a acusação, valendo-se de seus cargos públicos como policiais civis, o Paciente e os corréus identificaram dois possíveis autores de ilícitos penais; porém, em vez de encetarem uma investigação formal, buscaram flagrá-los no cometimento dos ilícitos para depois achacá-los. O relato da peça acusatória não traz qualquer dificuldade que impeça a plena compreensão dos fatos e, portanto, o exercício da ampla defesa. Dessume-se sem o menor esforço a versão acusatória, segundo a qual os denunciados extorquiram as vítimas sob a ameaça de levar adiante a perseguição dos crimes em tese por elas praticados. 3 - Conquanto o Paciente não tenha sido quem expressamente exigiu das vítimas a vantagem indevida, seu envolvimento na prática delitiva encontra-se descrito na denúncia e respaldado por elementos de prova hábeis a consubstanciar a justa causa para a propositura da ação penal. Consoante a versão do colaborador e das vítimas, o Paciente participou de toda a trama criminosa, desde a diligência ao local do flagrante-delito, utilizada como pretexto para a atuação da polícia judiciária, à omissão acerca dos procedimentos posteriores a serem adotados para a instauração de um inquérito policial. 4 - As características da prática delitiva permitem inferir que os denunciados se uniram para prática de extorsões sob as vestes de equipe

policial, exsurgindo a perspectiva de reiteração delitiva ante a subyacência à própria atividade policial aparentemente regular - o que, ao mesmo passo, constitui elemento concreto apto a autorizar a medida extrema com base na garantia da ordem pública e demonstra a contemporaneidade da cautelar. Apenas o afastamento do Paciente de suas funções não asseguraria, no momento, a interrupção da utilização do aparato estatal para as apontadas práticas criminosas, tendo em conta a participação de policial lotado em outra unidade e em gozo de licença e de pessoa estranha aos quadros da Polícia Civil, com livre acesso às dependências da delegacia. Ademais, não se pode olvidar as declarações de uma das vítimas no sentido de que, caso malograsse a entrega do dinheiro, os policiais retaliariam, passando a fiscalizar rotineiramente sua oficina mecânica. Da mesma forma, há que se preservar a incolumidade do colaborador e das vítimas, as quais, já ameaçadas em função dos próprios delitos em tese praticados, ainda irão depor em juízo. 5) A existência de circunstâncias pessoais favoráveis, por si só, não impede a prisão preventiva quando presentes seus requisitos autorizadores. Denegação da ordem.

Alega o recorrente que não foram apontados fundamentos idôneos para a manutenção de sua prisão preventiva, sendo possível a imposição de medidas cautelares diversas.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no caso, no qual, em exame preliminar, ficaram devidamente demonstrados os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como delineada a gravidade concreta do delito (fl. 68):

Com efeito, as características da prática delitiva permitem inferir que os denunciados se uniram - ainda que circunstancialmente entre si - para prática de extorsões sob as vestes de equipe policial, exsurgindo a perspectiva de reiteração delitiva ante a subyacência à própria atividade policial aparentemente regular - o que, ao mesmo passo, constitui elemento concreto apto a autorizar a medida extrema com base na garantia da ordem pública e demonstra a contemporaneidade da cautelar.

Na linha de sedimentada jurisprudência, a necessidade da desarticulação do grupo para evitar a reiteração da prática criminosa constitui elemento concreto apto a autorizar a medida extrema com base na garantia da ordem pública, não importando em antecipação de mérito.

Apenas o afastamento do Paciente de suas funções não asseguraria, no momento, a interrupção da utilização do aparato estatal para as apontadas práticas criminosas, tendo em conta a participação de policial lotado em outra unidade e em gozo de licença e de pessoa estranha aos quadros da Polícia Civil, com livre acesso

às dependências da delegacia.

Ademais, não se pode olvidar as declarações de uma das vítimas no sentido de que, caso malograsse a entrega do dinheiro, os policiais retaliariam, passando a fiscalizar rotineiramente sua oficina mecânica.

Da mesma forma, há que se preservar a incolumidade do colaborador e das vítimas, as quais, já ameaçadas em função dos próprios delitos em tese praticados, ainda irão depor em juízo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator